

# A reprodução no ensino básico da condição de dependência que convém às elites brasileiras

Nilson Lage\*

\* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Jornalismo.

A globalização emprestou ao velho imperialismo traços absurdos: o dinheiro, antes referido ao ouro, nada mais significa do que dígitos binários na memória de computadores. Em tese, poderia ser mais ou menos abundante (e talvez seja, em certos casos) conforme a vontade dos que controlam as máquinas. No entanto, precisa, como antes, reproduzir-se à custa de trabalho ou de falcatruas, para benefício de minorias esparsas e geralmente ocultas que comandam, por debaixo dos panos, os países ditos ‘ricos’.

Aos demais, ditos ‘pobres’, cabe competir para, a qualquer custo, oferecer oportunidades de ganhos elevados em forma de tolerância ambiental, altas taxas de desemprego, salários reduzidos e serviços públicos deficientes, exceto os essenciais à transferência de bens reais ou simbólicos, juros, dividendos e *royalties* da ‘propriedade intelectual’ – não do criador, mas de quem o emprega ou subcontrata. Na verdade, é discutível que, após algum tempo, continuem a existir países ‘ricos’; haverá, sim, pessoas ricas escondidas em lugares privilegiados.

Na competição para ser lucrativo, o Brasil tem progredido, não só pela submissão exemplar de seus governos mas também pelas condições naturais e culturais: território amplo, terras férteis, mão-de-obra barata, cultura próxima à européia, tradição de tolerância étnica e religiosa (em que pese o novo racismo dos militantes negros e dos antropólogos subsidiado por mineradores, traficantes e madeireiras para patrocinar ‘nações’ indígenas), proximidade da Europa e dos Estados Unidos, boas relações com os vizinhos, recursos minerais, energia hidráulica e água abundante em quase todo o território.

O que temos, então, de negativo? Por que, apesar da revolução industrial tardia desfechada por Getúlio Vargas (que pagou com a vida por isso), e da revolução agrícola desfechada pelos governos militares (cuja natureza despótica só foi denunciada quando tentaram implantar as indústrias de informática e nuclear), continuamos a ser um país gigante com índice tão alto de miseráveis?

Há duas razões evidentes: uma, a composição e a história de nossas elites; outra, a política de educação moldada sob a inspiração de americanos, ingleses, franceses – aqueles mesmos senhores dos países ditos ‘ricos’ mas povoados cada vez mais por gente pobre e de cultura reduzida ao pop e ao consumo.

### A equação das elites

Elites e educação, nossos pontos fracos, estão unidas numa equação só. Este é um país em que um jovem parlamentar sem grandes méritos morre e é cultuado pelo papai em estátua, nome de aeroporto, de avenida e de estrada; em que um candidato a presidente, dono de uma rede de televisão, acusa seu rival de ter um aparelho de som de boa qualidade em casa – e convence muita gente de que isso é um escândalo; onde meia dúzia de famílias se sucedem na administração de Estados importantes e em que as eleições são tão incríveis que o presidente de um banco estrangeiro torna-se o deputado mais votado de um Estado onde não era conhecido; uma sexóloga (se é que existe esse ofício) de meia idade posa de líder progressista e a esquerda no poder pretende resolver o problema da pobreza distribuindo esmolos. Afinal, uma república onde pais

influentes e títulos universitários promovem a virtude, como se constata ao comparar o rigor e duração das penas desses rebentos da classe que tem algum poder com as do restante da população delinqüente.

As camadas intermediárias do sistema de poder variam entre a subserviência absoluta e a organização em estruturas de compadrio descritas como ‘panelinhas’, constituídas de indivíduos que citam uns aos outros, recomendam uns aos outros, organizam concursos uns para os outros e assim ampliam a prolongam ilhas de mediocridade.

Tudo isso contraria o conceito de educação, que pressupõe cidadania, compromisso com os interesses comuns, visão consistente das coisas, em sua dimensão verdadeira. Não que falte ao Brasil, no momento, uma camada pensante, dividida entre os que silenciam e os que dizem o que é oportuno dizer. No primeiro grupo, dos silenciosos, estão, por exemplo, os pesquisadores da Embrapa, os especialistas da Rede Sara, os sonhadores que contam tostões no projeto do submarino nuclear, os 21 cientistas assassinados em Alcântara; o pessoal do Ita que inventou a Embraer. No segundo, alguns idealistas que tentam implementar a pesquisa em bio e nanotecnologia; quebrar patentes para distribuir remédios contra a aids; manter a política de acréscimo do iodo ao sal, impedindo a proliferação do bócio; preservar e generalizar a vacinação gratuita das crianças...

Mas é duvidoso que continue a haver gente assim, no futuro. Uma espécie de buraco de ozônio da inteligência ameaça não só tornar ainda menos informado o nosso povo quanto impedir que aqui se criem novos sábios, sejam silenciosos, sejam falantes. Seremos todos, no futuro, em média, bem mais estúpidos.

O ataque coordenado à educação e a cultura brasileiras não vem de hoje. Durante e após a Segunda Guerra Mundial, a Universidade de São Paulo importou sábios americanos. Alguns eram sábios mesmo: em 1942, Wiliard Van Orman Quine escreveu *O sentido da nova lógica*, publicado originalmente em português em 1944 e só reeditado – pobres de nós – em 1996, pela Universidade Federal do Paraná.

Cercados de duvidosos méritos, outros vieram fazer propaganda: afirmaram que aqui não havia petróleo; defenderam a alimentação de bebês com leite em pó e igualaram com argumentos retóricos a situação dos negros de cá com os dos negros de lá, numa época em que bebedouros e lugares nos ônibus eram divididos pela cor nos Estados Unidos. Esta tese era conveniente porque contestava a unidade nacional – o ‘populismo’ – pregado por Getúlio Vargas, e levava água ao moinho dos magnatas do café derrotados na Revolução de 1932, golpe tramado para restaurar a política da República Velha, mediante a aprovação de uma constituição ‘revolucionária’, mas que nada mudasse.

Em conseqüência, demonizaram-se as obras de Gilberto Freyre, de Nina Ribeiro e, principalmente, a de Arthur Ramos, autor da monumental *Introdução à Antropologia Brasileira* e, destacadamente, de *A aculturação negra no Brasil*, jamais lido pelos novos donos da área de conhecimento, à frente, muito promovido, Florestan Fernandes (*O negro no mundo dos brancos*). O que Arthur Ramos, com bom senso, propunha como atraso de cultura (línguas ágrafas, carência de recursos médicos eficientes, preservação de relações sociais arcaicas como a escravidão e o tribalismo) passou a ser proposto como se houvesse juízo de valor imanente – conforme os padrões do racismo europeu e americano. O episódico, o ‘estágio cultural’- *stage level* –, foi tomado por ‘padrão inerente’ – *individual level* –, o que é apenas uma falácia.

O resultado é que, se tomarmos um livro recente, *Chica da Silva e o contratador de diamantes*, de Júnia Ferreira Furtado, veremos uma introdução ‘florestânica’, baseada na concepção do confronto impiedoso de culturas, e uma pesquisa ‘artúrica’, baseada na constatação de que, na Vila do Tijucu, quase todas as damas eram negras, geralmente libertas no testamento do senhor-marido e, em alguns casos, como no do Chica, antes disso. Uma sociedade intermediária, contraditória, onde se gerava a prole mestiça que somos nós, os brasileiros e onde negras e negros libertos exploravam o trabalho de seus escravos, o que parecia a todos perfeitamente legítimo. Da mesma forma, com a arrogância típica da ‘cultura locomotiva’ – aquela que atribui a São Paulo a tração dos vagões vazios, os Esta-

dos brasileiros – , varreu-se para debaixo do tapete o esforço magnífico de Cândido Mariano Rondon e de seu grupo de sertanistas, que compuseram a maior e mais eficiente equipe de contato e convivência com ameríndios. No raciocínio tosco dessa gente, Rondon foi militar, os militares implantaram uma ditadura, logo exaltar Rondon era exaltar a ditadura.

Embora o único exemplo de ação coordenada do Estado contra índios no Brasil date de 1750, quando as coroas de Portugal e Espanha uniram-se para exterminar as colônias guaranis lideradas pelos jesuítas, a neo-etnologia ficcional jamais deixou de sugerir que, aqui, tivesse acontecido algo semelhante ao genocídio promovido pelo Governo dos Estados Unidos contra Apaches, Sioux, Cheyennes e Cherokees, no Século XIX. É impressionante como se glorificariam, nesse contexto, os ‘bandeirantes’, que, na verdade, ora escravizaram, ora se confrontaram, ao contaminaram, ora despertaram curiosidade entre os índios e, de toda forma, povoaram os sertões com os filhos que tiveram com as índias das tribos contatadas.

O resultado dessa reescritura do passado foi sendo rapidamente transferido ao ensino regular. No entanto, por algumas décadas, ainda se mantiveram algumas das qualidades da escola tradicional: disciplina, ênfase nos conteúdos, laços com o passado, esperança no futuro. Com esse método formaram-se os sábios de hoje, não apenas no Brasil, mas em qualquer parte do mundo, desde que as salas de aula substituíssem os preceptores dos jovens aristocratas.

### A pedagogia a serviço da dominação de classe

Execrada a tradição, esquecidos ou mal compreendidos Anísio Teixeira e Paulo Freire, abriu-se espaço para o formalismo dos cursos de pedagogia, onde alunos dentre os menos preparados no ensino básico (a profissão é pouco conhecida, menos prestigiada e os salários baixos; daí a qualificação deficiente dos aprovados nos vestibulares) são submetidos a textos fora do contexto que, em nenhuma hipótese, (a) contêm verdade absoluta; (b) podem ser compreendidos sem sólida informação cultural prévia.

Por que tais problemas não são reconhecidos e determinam uma revisão das estratégias acadêmicas? A explicação pode estar em uma atitude diante da vida que se revela na etimologia, sábia ao congelar relações ideológicas: da mesma forma que, da palavra grega *idiotes*, que designava ‘indivíduo sem cidadania’, criou-se o sentido moderno de ‘idiota’; de ‘corte’ se derivou ‘cortesia’ e de ‘vila’ derivaram-se ‘vilão’ e ‘vilania’, a palavra francesa *pedant*, que designava os mestres-escola, adquiriu com o tempo o sentido atual que tem em várias línguas: arrogante, presunçoso, pedante.

O controle dos cursos básicos pelos formandos de tais faculdades costuma reduzir-se, assim, ao preenchimento de ‘planos de curso’, ‘fichas de presença’, ‘reuniões pedagógicas’ e ‘conselhos de classe’, nos quais reprovar um aluno – isto é, aconselhar a reciclagem de conhecimentos insuficientes – é ou totalmente proibido ou inaceitável pelo juízo comum. Estudar de novo parte ou todo um programa seria humilhante; por essa lógica, os segundos casamentos, as tentativas de obter recordes desportivos e a revisão de textos literários seriam algo também vergonhoso.

De todos os ritos escolares descritos não se tiram conclusões. Os neopedagogos não querem de fato exterminar o analfabetismo nem estudá-lo seriamente, mas cumprir com aplicação burocrática o papel de exterminadores das estatísticas do analfabetismo, declarando alfabetizado (ou alfabetizado funcional) quem é e quem não é. Fazem isso, no setor público, por hábito e para não criar problemas (com os pais, a Secretaria de Educação, a Unesco...); na rede particular, por tudo isso e mais o interesse empresarial.

Nivelado o pior ao melhor, compõem-se turmas em que o professor ou dá aula para alguns ou torna insuportável para esses alguns ouvir *n* vezes o que já sabem. A idéia de socialismo sustentada pela neopedagogia é da igualdade, não das oportunidades, mas das pessoas. Ignoram que ‘ensinar’ vem do latim ‘insignare’, que quer dizer ‘apontar’, ‘orientar’; e que aprender’ vem do latim ‘aprehendere’, ‘apreender’. O esforço do aprendizado é de quem aprende, não de quem ensina; depende de muitos fatores, particularmente de um forte desejo de ascensão humana pela via do conhecimento.

A função essencial do professor é motivar. No entanto, a escola pode ensinar, mas não basta para educar ninguém. Lida com o aluno por alguns anos, algumas horas de alguns dias; no entorno, família, comunidade, meios de comunicação, produtos de arte, esportes, paisagens, amores, conflitos. De tudo isso depende o aproveitamento do aluno. Para que haja ensino eficiente, é preciso que se promova a auto-estima e valorize o nível de informação, o que depende muito de coisas exteriores ao ambiente escolar.

O conceito moderno de educação inclui a introdução de hábitos de higiene, de raciocínio lógico e de comportamento formal desde o pré-escolar. A existência de estímulos culturais, sejam grupos de teatro, de circo, de leitura, de apreciadores e cultores de música (todo tipo de música), televisão inteligente (não 'educativa' no sentido de reproduzir a escola), práticas desportivas, oportunidades de viagens, contatos extracomunitários. É preciso que as crianças e adolescentes conversem com profissionais de várias áreas: saibam que, por mais pobres que sejam, podem ser mecânicos ou pilotos de aviões civis ou militares, tripulantes ou comandantes de navios, pescadores ou almirantes da esquadra, diplomatas, advogados ou juízes dos tribunais superiores. Que podem, sim, a custa de seu esforço, alcançar o marechalato, como Rondon; ou ser grande nome na literatura, como Machado de Assis; ou destrinchar brilhantemente um episódio histórico, como Euclides da Cunha; ou fazer cessar epidemias, como Oswaldo Cruz, descobrir doenças, como Carlos Chagas; recuperar esquizofrênicos pela arte, como Nice da Silveira; inventar os sons do Brasil, como Villa Lobos. Projetar edifícios, como Niemeyer; construir estradas de ferro quase impossíveis, como André Rebouças; inventar coisas tão importantes para a Humanidade como o avião com que Santos Dumont contornou a Torre Eiffel. Ser um estadista, como Getúlio Vargas; um poeta como Cartola ou Nelson Cavaquinho.

Não devemos enganá-los: nada disso é fácil, nem essas pessoas tiveram vidas prazerosas; nada é mais insuportável para a mediocridade do que o brilho alheio. Mas, se os jovens acreditarem, se se dispuserem à boa luta contra as forças do atraso e da mordação, isso

será possível – e o Brasil muda. Começará a mudar no dia em que aluno não for problema na escola, mas solução.

Matéria por matéria

Há peculiaridades, se considerarmos as diferentes disciplinas:

## *1. Língua Portuguesa*

A mesma cultura pós-moderna que nos transformou, os contemporâneos, em culpados pela escravidão de séculos passados, pelas guerras medievais, pelo fracasso de antigas pajelanças e pelo delicioso pecado de Adão e Eva, entendeu que se deveria abolir a língua nacional, o que significa abdicar de toda cultura acumulada em nossos 500 anos, afora os centenas de outros herdados de europeus, africanos e índios.

Haveria uma gramática universal, sobre a qual, nos primeiros anos de vida, o indivíduo adquiriria não apenas o vocabulário mas as regras vigentes na língua materna. Verdade. Mas, sendo assim, sem uma normalização sistemática posterior, o idioma se tornaria rapidamente comunitário, próprio da pequena região em que é praticado. Isso aconteceu, de fato, na Idade Média: as línguas nacionais que se formaram a partir do Século XIV (a primeira delas, o italiano, com Boccaccio, Dante e Petrarca) resultaram, ora da hegemonia de uma região sobre as vizinhas (o castelhano sobre o aragonês, o catalão etc.), ora das necessidades de comércio em zonas de tráfego intenso (o alemão), ora de militância nacionalista (o russo, com Lomonósov, Pushkin, Gogol; a preservação da língua italiana), ora do enriquecimento de um pequeno estado (o português).

Há, pois, uma instância de poder determinando a diferença entre língua e dialeto: o dinamarquês e o norueguês são considerados ‘línguas’ e o catalão ‘dialeto’ apenas por motivos geopolíticos. Quem viaja pela França, do sul ao norte, verá um idioma coloquial que se transforma de modo surpreendente: o que os franceses aprendem na escola é uma língua diferente, originária principalmente do dialeto de Paris. Quem conta isso é um livro que esses

neopensadores deveriam ler, *Le français fictifs*, ‘O francês fictício’, de René Balibar.

Nada mais irritante para um lingüista do que perceber que sua especialidade, depois de tantas tentativas de torná-la científica, é, na verdade, dependente da política. Os animados defensores da proibição do ensino da gramática portuguesa, da proibição da obrigatoriedade da leitura de livros literários, da transformação do ensino de língua nacional em ensino de coisa nenhuma são, na verdade, saibam ou não, crentes em um mundo futuro, em que se falará o inglês, novo latim, e todas as culturas terão a dimensão de quarteirões, quintais, aldeias e bairros. Inofensivas, diante do império fundado por Reagan e pelos Bush.

Há outro aspecto, relacionado à classe social: como a visão neomoderna é de que a escola pública existe para manter as crianças ‘fora da rua’, isto é, inofensivas para a classe dominante e seus apêndices ocasionais, o ensino que se dá a elas é meramente ocupacional. Nas escolas pagas, da elite, o discurso da ‘gramática espontânea’ não tem lugar, porque se trata de preparar gente para a liderança, o comando, a supervisão da turba.

Os cursos de Letras são cursos ‘sobre literatura’, ‘sobre lingüística’, ‘sobre textos’; nenhuma faculdade de Letras ensina a escrever. Formam turmas enormes, confundem comunicação e veleidade artística, ambicionam abarcar toda a cultura – como se fosse possível formar alguém culto em quatro anos de faculdade! – e colocam em sucessão, de tempos em tempos, paradigmas teóricos contraditórios: formalismo, psicanálise lacaniana, estruturalismo, sexismo, ambientalismo, etnografia antropológica ...

No entanto, cursos técnicos e universidades exigem o domínio da gramática e da interpretação de textos, uma vez que a cultura profissional deve ser adquirida, em grande parte, nos compêndios e manuais, para cuja compreensão plena é preciso o domínio consciente da sintaxe e a definição exata dos conceitos. Isso ocorre em Medicina, Direito, Engenharia e até nas cartas de amor.

A partir do princípio, muito duvidoso, de que os jovens são alienados, criou-se um mercado literário em que as edições com vocabulário mínimo obedecem à regra dos *best sellers*: não mais de cinco

por cento de informação nova. Alguns autores especializaram-se em sentimentalismo com erotismo para mocinhas, histórias de turmas e grupos adolescentes, casos de extrema miséria destinados a atrair mestres socialistas ou com sentimento de culpa, bruxaria e anticiência, contos e romances de terror e tentativas (em regra, insipientes) no campo da multimídia. Obras clássicas reduzem-se a narrativas emocionantes: nada explica ou dá sentido à loucura de Dom Quixote, ao amor de Romeu de Julieta, às peripécias do Alienista. Suprimem-se os contextos: a transição da Idade Média à Era Moderna; o confronto da aristocracia com a moral burguesa; a crítica do racionalismo do Século XIX; ficam as historinhas, os roteiros, os esqueletos.

Quanto à gramática, jornalistas, escritores, tradutores, secretárias, juízes recorrem a ela com freqüência, certamente por não a considerarem inútil. Em cursos superiores, é comum ouvir de alunos o pedido aflito: “O senhor conhece uma boa gramática?” Os que pedem têm aí pelos vinte anos e sentem falta da capacidade de criticar seu próprio desempenho diante do programa de edição de textos.

## 2. Ciências

No campo das ciências, o atraso entre o que se produz de conhecimento e se aplica em tecnologia, de um lado, e o que se ensina nos cursos básicos, de outro, varia entre um século e meio e meio século. Para o ensino básico, George Boole ainda não escreveu sua obra de 1847 sobre a condição binária da lógica; a seleção natural de Charles Darwin, do final do Século XIX, é novidade que uma tribo de fanáticos contesta; Frege não produziu, em 1890, seus famosos textos sobre funções; a Teoria da Relatividade é uma curiosidade a que as pessoas têm acesso pela foto de Einstein com a língua de fora. Mais misteriosa do que ela só a Teoria dos Quanta, do começo do Século XX, o teorema de Göedel, de 1931, os estudos da incerteza, a Lógica *fuzzy*, as redes neurais, a fusão da neurofisiologia com a experimentação em redes físicas, os avanços incríveis da Matemática nos últimos 30 ou 40 anos. Nem se pense em mencionar a relação entre formas modulares e equações elípticas, na Teoria

dos Grafos, na Teoria dos Jogos. Nada disso existe – ou, pelo menos, vale mais do que a cura pela imposição das mãos, a cura pela ingestão da própria urina ou as simpatias para arranjar namorado.

De que tratam os professores de ciência? Primeiro, de meio ambiente – não no sentido profundo da questão, relacionado à ganância pela exploração acelerada dos recursos naturais não renováveis: uma ecologia possível é mitigada, resume-se a pregações românticas, soluções modestas ou ineficientes, o eterno perigo da ciência e a seus avanços recentes.

Depois, na ordem de prioridade dos assuntos, vem o sexo: aí, a pressão que vem de cima, contra a qual é impossível argumentar sem riscos imensos, é transformar a relação amorosa, com sua sensibilidade inerente, paixão, frustração, lealdade – tudo que é a dimensão nobre e humana – em algo mecânico, sem grandeza e sentimentos. É como se a poesia fosse mera insensatez.

Surpreendentemente, é no meio do magistério do ensino básico e, em particular, na área de ciências, onde se encontra a maior concentração de místicos – variando desde os cultores dos florais de Bach, da cura pelas ervas, das pirâmides, inimigos radicais ‘dos transgênicos’, os que planejam matar a fome do mundo com supostos produtos ‘orgânicos’ (como se alfaces ou brócolis, independente da técnica de cultivo, pudessem ser ‘inorgânico’) e coisas assim. Como sua formação é extremamente deficiente, não são capazes de discernir demonstração científica e marketing, medicina e charlatanice, diagnóstico e palpíte, fé e fanatismo. Sua pseudo-ciência é feita de atos de discursos apaixonados de convencimento e não de lógica e constatação empírica, princípios da ciência moderna.

Naturalmente, tais manifestações de delírio místico têm maior possibilidade de êxito na rede pública, onde não se pratica o controle de qualidade do aluno que se forma – a tese dominante é de que a escola forma ‘o cidadão’, não matéria-prima para ‘o mercado de trabalho’ – como se fosse opção para pessoas pobres viver a plena liberdade do ócio militante.

Uma variedade desse comportamento, na área de ciências, é o culto de práticas muito antigas que os professores pretendem transformar em fonte de renda: por exemplo, o papel de trapos,

abandonado pela indústria por antieconômico no início do Século XIX; a fotografia feita em latas com furinhos; rendas laboriosamente tecidas à mão. Qualquer coisa dessas, que pode ter valor pedagógico, certamente não aponta para viabilidade econômica no mundo real. A esquerda reacionária cultua o artesanato porque sonha demolir a indústria a golpes de guitarra.

Na verdade, ocorre com as ciências algo que atinge todo o magistério. A profissão é desprestigiada. A partir do momento em que se colocou o ensino sob o controle de pedagogos formalistas, conteúdos deixaram de ser importantes. Assim, todos os anos, reúnem-se congressos nacionais de jornalistas, assistentes sociais, bioquímicos, administradores, pediatras – das profissões mais variadas. No entanto, ninguém ouve falar de congressos de professores de Ciências ou de Letras para discutir o que ensinar, como ensinar, a que metáforas recorrer, por exemplo, para mostrar que a localização de um elétron em torno do próton é tão incerta quanto a indicação precisa de onde começa e onde termina um arco-íris; ou aferir até onde um adolescente contemporâneo se comove quando ouve o soneto ‘Alma minha gentil que te partiste...’

### 3. Inglês

Em pelo menos metade dos casos, as quatro séries finais do primeiro ciclo terminam sem que o aluno domine a conjugação do verbo *to be* – nenhum, certamente, capaz de usar a estrutura subjuntiva ‘If I were ...’.

O ensino de inglês nunca foi eficiente nas escolas. Antigamente, a preocupação – que dava certo em alguns casos – era ensinar a traduzir; dava para ler os livros de cursos técnicos, romances populares, até para apreciar letras de canções, recorrendo ao dicionário. Sabia-se que, com turmas numerosas e em tempo exíguo, o ensino de conversação é praticamente inviável. Buscava-se o conhecimento passivo tanto do inglês quanto do francês, do espanhol, do latim e do grego. Latim e grego ajudavam a pensar. Se a Lógica de Aristóteles é, na verdade, uma descrição, em nível profundo, de línguas declinadas, a estrutura da sentença era trazida à consciência de maneira clara, no jogo das preposições e dos sufixos. Da mesma forma, os concei-

tos de argumentação, validade e verdade eram analisados com distanciamento ideológico conveniente – já que se tratava de épocas remotas. Por que ‘destruir Cartago’? Como o patriotismo ateniense se transformou em patriotismo helênico quando Alexandre Magno ocupou a península? Terá sido justificável a tortura e morte de Hipácia?

Como a escola pública – e, quase sempre, as particulares – são incapazes de ensinar inglês (ou francês, ou espanhol, sem falar no latim e no grego, há muito deletados), os alunos, sempre que podem, freqüentam cursinhos nos quais turmas pequenas, com apoio de laboratórios com gravadores de som e vídeo, recebem injeções maciças de gramática inglesa – recriam, em voz alta, construções do passado contínuo, do futuro que implica compromisso e desejo etc. Esse é um diferencial importante nos vestibulares e define a possibilidade de crescimento profissional, principalmente nas áreas tecnológicas, onde os textos mais recentes (de manuais, por exemplo) estão em inglês.

Como gramática portuguesa não se ensina mais, ou se ensina mal, o português falado e, principalmente, escrito perde algumas de suas características, transformando-se numa língua esotérica em que conversas não continuam, mas ‘são continuadas’, não se reformam os móveis, mas estes ‘vêm sendo reformados’, onde ninguém viaja amanhã, mas ‘estará viajando’ e, finalmente, a renda não reverte para instituições de caridade, mas ‘é revertida’. A tradução mambembe afeta o sentido das palavras: realizar passa a ser ‘conceber’ (o sentido inglês de ‘to realize’); assumir, ‘presumir’ (‘to assume’); projetar, ‘desenhar’ (to design); os autoritários são ‘arrogantes’ (arrogance’) e, irritantemente, quem fracassa não entra mais pelo cano, mas ‘desce pelo ralo’. Estamos perdendo o subjuntivo, as formas passivas pronominais, o mais-que-perfeito, o futuro simples, o futuro do pretérito (substituído pelo passado imperfeito)...

#### *4. Matemática*

Com a introdução da noção de conjunto, houve um salto de qualidade no ensino de Matemática – não sem forte resistência. Ocorre que a idéia de conjunto é matriz de todo um processo de tratamen-

to cultural da linguagem matemática: comparar conjuntos implica estudar relações, modelar raciocínios e explorar possibilidades de compreensão do mundo. Não é bem isso o que, em regra, acontece. Para que fosse, deveria se colocar como questão prévia até que ponto é possível, com novas matrizes de raciocínio, mais criativas e compatíveis com o mundo tecnológico, motivar o desenvolvimento da capacidade de raciocínio lógico e modelagem da operação com valores. Se equacionada essa questão, uma série de conteúdos que se materializam na vida prática, desde juros compostos até redes neurais com camadas ocultas, poderiam constar da formação básica, o que parece promissor em um mundo no qual, ao que se espera, a inovação e desenvolvimento tecnológico irão acelerar-se progressivamente.

Em matemática, cabe, sim, o reexame de conteúdos e métodos. Ela é a alavanca da ciência e, ultimamente, das reflexões mais consistentes no campo das ciências humanas, desde a psicologia cognitiva até os estudos da psicologia implicada no domínio da fala e da sensibilidade.

### *5. História e Geografia*

Datas não são importantes; épocas são. Se não é necessário saber em que dia Gutenberg introduziu na Europa os tipos móveis e Colombo desembarcou em São Domingos, é muito conveniente saber que esses dois eventos interessantes aconteceram com poucas décadas de intervalo. Embora a imprensa existisse desde então, e as letras minúsculas do alfabeto latino tenham sido desenhadas, anos depois, por Nicolas Jansen, demorou um século e meio para os jornais aparecerem. No final do século XV, não havia a menor possibilidade de que isso acontecesse: nem correio eficiente, nem número razoável de alfabetizados nem, principalmente, a disputa da burguesia pelo poder.

O grande perigo é o estudante de História imaginar que Cleópatra era uma rainha de fato, no padrão dos antigos faraós, e não mera dependente da Roma de Marco Antônio. Ou pensar que Getúlio Vargas ocupou o poder logo depois de D. Pedro II, implantando uma república positivista. As coisas só ganham sentido quando colo-

cadadas em seu tempo e contexto. A matéria-prima da História não são apenas os fatos, mas estes, os personagens e suas circunstâncias.

Depois, a História não deve ser mais a dos políticos, senhores da guerra, expansões coloniais. É preciso temperar esses eventos com as conquistas do conhecimento, das artes, da ciência e da filosofia, que terminam sendo muito mais úteis para a compreensão de nosso mundo.

É necessário integrar essa História e a Geografia – política e humana. Como bandeira, combater a intolerância, o racismo, a projeção indevida da comunidade por sobre os interesses nacionais e a solidariedade humana. Há grandes obras de impérios magníficos, que atraem curiosos e cinegrafistas de televisão; mas há também as pequenas obras de gente simples, grandes criadoras do que há de original na arte. Da mesma forma, há um mundo real e um mundo sonhado em diferentes épocas por grupos distintos de pessoas.

Uma Geografia da paz, do intercâmbio (hoje tão facilitado pelas comunicações), da pesquisa de dados – principalmente daqueles que não se encontram na dieta pronta dos camelôs do ensino – é uma forma interessante de ampliar a visão de mundo dos alunos e de motivá-los a buscar, neles mesmos, preferências e vocações.

É assim em nossas escolas? Como se apresenta, nelas, a noção de pátria? Generais a cavalo, etnias em conflito, vizinhos inimigos? Para a cultura brasileira, é povo e território, com seus símbolos e razões de orgulho, desde o sábio à bailarina e ao atleta; a pátria é pacífica e, em que pese o nome, associa-se à figura materna

Um poeta exilado disse que temos uma pátria ‘coitadinha’. Outro contemporâneo, viajando de trem pelos subúrbios, viu ‘casas tristes, com cadeiras nas calçadas e na fachada escrito em cima que era um lar’. Somos sentimentais. Devemos nos orgulhar de ser assim, e buscar ser tão generosos quanto nos permitam as tensões do mundo.

Um programa de Geografia e História é um programa de formação política, de construção do respeito por todos os povos, de crítica e rejeição de juízos construídos no calor de campanhas. A hora de se aprender o que são ou deveriam ser democracia, socialismo, liberalismo; de se mostrar como a fé tanto pode dar sentido à vida das pessoas quanto gerar fanatismo e hipocrisia.

### *6. Artes e esportes*

Se áreas de conhecimento dependem de algo além da escola, esta é a de artes e do desporto. Em primeiro lugar, porque não há professores que sejam ao mesmo tempo músicos, pintores, escultores, dançarinos; nem fisiocultores que pratiquem esportes tão diferenciados quanto a ginástica rítmica e o levantamento de pesos.

A educação, aí, é função da comunidade. Cabe à escola ensinar um tanto da história da arte, do prazer de sua prática, discutir a qualidade do material artístico disponível na sociedade, promover o gosto artístico. No terreno do esporte, desenvolver técnicas de alongamento e ajudar, com alguma atividade esportiva, a criação de um espírito de cooperação e competição positiva entre os estudantes.

O resto, o que mais importa, é incumbência da comunidade, do meio civil e do Estado: espetáculos – não apenas os comerciais, que concedem ao gosto comum; esportes – não apenas os profissionais, que se fundam na existência de super-atletas. Arte e esporte são formas de alimentar a saúde mental e física, instrumentos de prazer, espaços de reflexão, companheirismo e paixão. ■